

A CIDADE NO ESTUÁRIO DO RIO AMAZONAS: MAPEANDO APAGAMENTOS E SOBREVIVÊNCIAS NA CONVIVÊNCIA COM AS ÁGUAS NA CIDADE DE MACAPÁ-AP

THE MUNICIPALITY IN THE AMAZON RIVER ESTUARY: MAPPING DELETIONS AND SURVIVALS IN COEXISTENCE WITH THE WATERS IN MACAPÁ-AP

Louise Barbalho Pontes

Matheus Cleber Melo Garcia

Ana Carolina Souza de Vasconcelos

RESUMO

A cidade de Macapá apresenta uma relação singular com as águas que se manifesta tanto na forma quanto nos modos de vida. Com o avanço da urbanização, diversos corpos hídricos têm sido “apagados” da paisagem urbana. O que esta pesquisa busca demonstrar é que, neste processo, determinados modos de experimentar a cidade também têm sido “enterrados”. Tendo como recorte os espaços de lazer (e fruição) vinculados às águas, este artigo busca analisar e identificar “apagamentos” e “sobrevivências” em quatro períodos diferentes da história da cidade. A partir disso, são mapeados os espaços e as manifestações de um lazer intrincado ao sítio e às suas condições biofísicas, por meio da elaboração de uma cartografia que busca inventariar, mapear e classificar os diferentes usos destes espaços. O trabalho contribui para tornar cientificamente visíveis o processo de desvanecimento do acesso e de fruição das águas na cidade de Macapá.

Palavras-Chave: Cidades Amazônicas. Macapá. Paisagem. Águas Urbanas. Espaços de Fruição.

ABSTRACT

The municipality of Macapá has an unique relation with waters, manifesting itself in its form and lifestyle. The advance of urbanization has “erased” several water bodies from the urban landscape. This research aims to show that this process has also “buried” certain ways of experiencing the municipality. This study seeks to analyze and identify “erasures” and “survivals” in four different periods of the history of the municipality, focusing its analysis on the leisure areas related to waters and their enjoyment. This mapped these leisure spaces and manifestations that are linked to the site and its biophysical conditions, resulting in a cartography that inventories, maps, and classifies its different uses. This study contributes to scientifically describes the fading process of experiencing and accessing the enjoyment of water in the municipality of Macapá.

Keywords: Amazon Cities. Macapá. Landscape. Urban Waters. Enjoyment Spaces.



<https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2023.223801>

Paisag. Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 34, n. 52, 2023.

I. INTRODUÇÃO

Apreender a paisagem urbana em contexto amazônico não é uma busca simples, mas a possibilidade de vislumbrar trajetórias pautadas em suas próprias singularidades, é um norte que estimula a base mais primária de qualquer pesquisa: a curiosidade. Não é novidade que há um grande descompasso entre os paradigmas que nortearam planos e projetos nas cidades do Sul Global e a paisagem real, suas condições, espacialidades e modos de vida. Cada paisagem tem a sua própria idiossincrasia. Esta pesquisa se debruça sobre aquilo que pode ser uma das maiores singularidades da paisagem urbana amazônica: a combinação das águas (rios, lagos, igarapés, áreas úmidas) com a experiência humana (de sentido, sociabilidade ou fruição). Um dos poucos consensos sobre esta realidade é que, na Amazônia, “o rio comanda a vida” (Tocantins, 1972).

2

As cidades em contexto amazônico apresentam desde o período da colonização uma condição de “*fronteira mundi*” (uma espécie de reserva para exploração futura) e um processo de modernização mais tardio (se comparadas a outras regiões do país), o que garantiu a manutenção de uma ampla diversidade de vivências e espacialidades. Pois foi apenas na segunda metade do século XX, que os paradigmas de urbanização modernos (engendrados noutros contextos) transformaram com maior intensidade os modos de conviver nas cidades da região (Becker, 2013; Cardoso, 2006).

Muito antes das rodovias, a primeira rede de cidades na Amazônia foi dendrídica, fluviolinear e ribeirinha (Corrêa, 1987). A relação com os rios permitia na macroescala da região a conectividade entre os povos, e na escala das vilas e cidades a satisfação de diversas necessidades humanas, como a fruição, os deslocamentos ou o alimento. Com exceção de grandes centros urbanos como Belém ou Manaus que lideraram ciclos econômicos específicos, predominava em toda a região, uma certa simbiose entre a vida e os rios. Ainda que, os processos de transformação das paisagens urbanas na Amazônia tenham ocorrido de forma acelerada e em descompasso com aquela trama de relações preexistentes, é possível dizer que a materialidade e a vivência nestas cidades foram, em grande medida, norteadas pelos rios, redes de igarapés e grandes extensões de terras inundáveis que entrecortam estes territórios (Cardoso, 2006).

Na Amazônia urbana, há também, uma combinação singular de espaços e saberes, que muitas vezes que “sobrevivem” nas brechas de condições

biofísicas de difícil absorção. Contudo, como já ocorrido em outras regiões do país, estas práticas, saberes e vivências articuladas ao sítio tendem a perder espaço para estratégias de urbanização mais “modernas”, ordenadas e estereotipadas (Pontes, 2021).

Nos estudos urbanos, os modos mais endógenos de convivência cultura-sítio estão ainda pouco sistematizados. É na busca de tornar cientificamente visíveis estas realidades, que talvez pareçam óbvias aos olhos do senso comum, que nos empenhamos em uma apreensão e na construção de representações da paisagem urbana da cidade de Macapá: uma cidade historicamente entrelaçada às águas, situada às margens do braço norte rio mais caudaloso do mundo, que se desenvolveu sobre um sítio entrecortado por lagos, igarapés, áreas úmidas e ramificações conectadas às dinâmicas de marés do Rio Amazonas, que se movimentam e transformam cotidianamente a sua paisagem (Figura 1).

Em Macapá, as águas urbanas ora são entendidas como conexão e identidade, ora como vulnerabilidade ou barreira para o avanço da urbanização. Além disso, a cidade é um laboratório interessante de pesquisa, pois foi fruto de experimentação urbanística em diferentes períodos históricos, desde a sua origem com seu desenho colonial pombalino (1758), mas também quando capital do Território Federal (1943-1988), até quando se tornou capital de um novo estado, o Amapá (1988 -atual).

Esta pesquisa é um exercício de aproximação de um cenário muito mais complexo, por isso, filtramos as sobreposições de duas categorias de análise: (1) os espaços abertos relacionados às águas e (2) o uso do lazer (e a fruição) na cidade. A partir destas categorias, e do entendimento da paisagem como um palimpsesto (Corboz, 2001) passamos a mapear aquilo que chamamos de “apagamentos” e “sobrevivências” nos diferentes períodos históricos. Entendemos como “apagamentos”: as transformações que moldaram e desincentivaram os modos mais espontâneos de conviver com as águas urbanas; e como “sobrevivências”: os espaços que foram desenhados, surgiram ou que se mantêm a partir de uma relação espontânea com as águas na cidade. A expressão águas faz referência a uma camada que incorpora rios, lagos, igarapés, áreas úmidas, mas também pode remeter às chuvas e até mesmo a simulação destas espacialidades (Spirn, 1995).

Subjaz a esta investigação o desejo de uma da paisagem urbana capaz de fortalecer suas condições biofísicas e de sociabilidade. Assim, sem a pre-

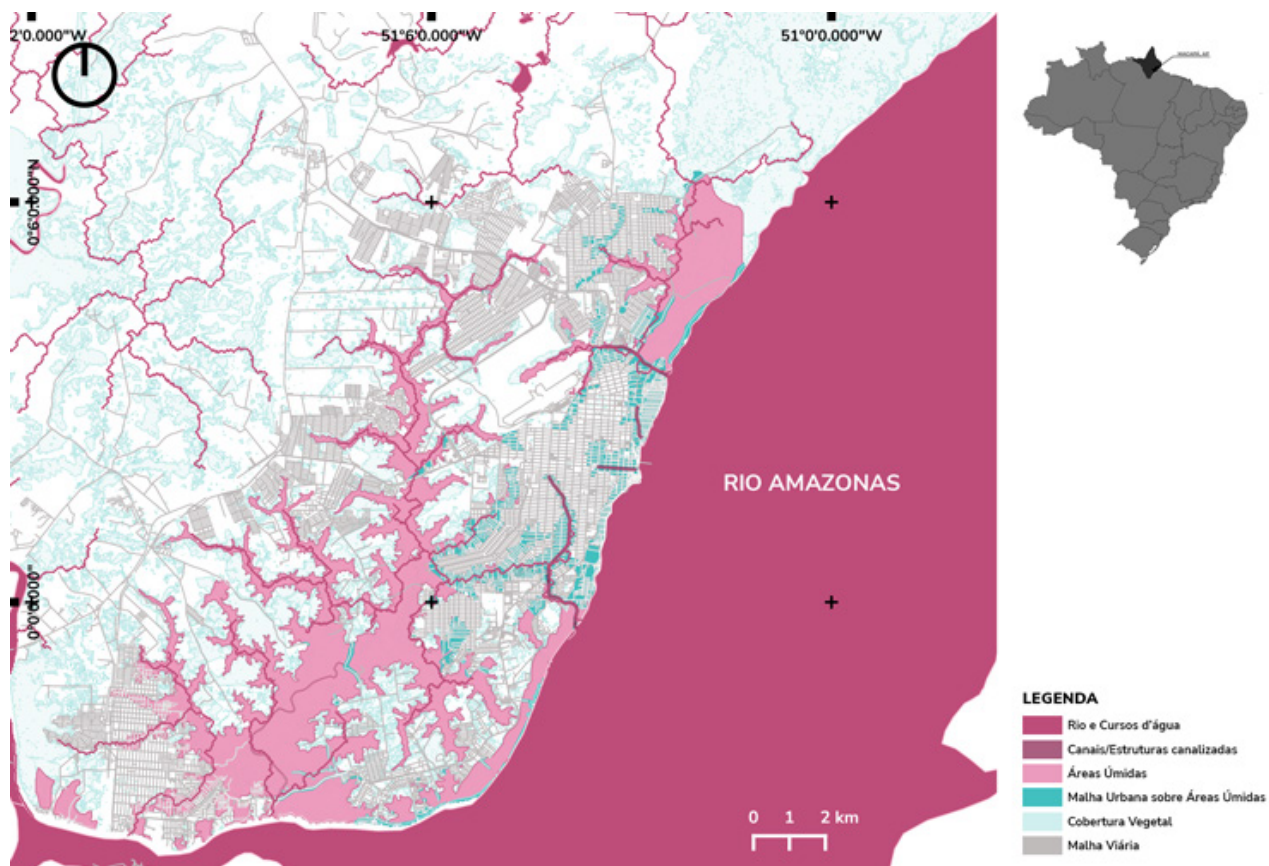


Figura 1 – Localização da cidade de Macapá entre as águas.
 Fonte: Elaborado pelos autores, 2022, a partir de IBGE, 2010; Prefeitura Municipal de Macapá, 2020; e TRAMAz – Núcleo de Pesquisa do Espaço Construído na Amazônia, 2021.

tensão de respostas completas, levantamos as seguintes questões: existe uma relação de fruição com as águas urbanas na cidade de Macapá? Ocorreram apagamentos dos modos de convivência com as águas no processo de urbanização da cidade? Seria possível planejar a paisagem a partir das águas e suas vivências?

2. APRENDER UMA PAISAGEM ENTRE AS ÁGUAS

Grande parte dos problemas ambientais urbanos, como a poluição das águas ou o aumento do número de enchentes e alagamentos, derivam de concepções que separam cidade e natureza (Spirn, 1995). Ainda que não existam consensos e que as definições do termo “paisagem”

possam parecer um tanto ambíguas (Meinig, 1979), este é um conceito chave na busca de uma compreensão não binária ou dualista de cidade, cultura e natureza.

A vida em todo o planeta depende da qualidade do ar, das águas e dos ecossistemas, contudo, os processos de urbanização têm ocasionado uma significativa perda de biodiversidade e qualidade ambiental. Para a manutenção da vida é imperativo que novas formas de urbanização sejam pensadas para além de “fragmentos” isolados de “natureza”, estabelecendo “conectividades” e matrizes que constituam um mosaico urbano muito mais diversificado (Dramstad *et al.*, 1996). Nesse sentido é importante entender a cidade como natureza em si, e não como aquela com fragmentos de natureza (Hough, 1995; Spirn, 1995).

As cidades são sistemas interdependentes onde ocorrem importantes manifestações dos seres humanos e onde vivem a maior parte destes. O planejamento da paisagem surgiu com o objetivo de configurar os espaços onde as pessoas vivem, de maneira a proporcionar uma melhor qualidade de vida para todos dentro da sociedade, levando em consideração os aspectos biofísicos, econômicos e sociais. Para um desenho urbano adequado, é preciso conhecer os sistemas ecológicos de forma que sejam todos integrados (Wall; Waterman, 2010).

Desde os anos 1960, quando se consolidaram os caminhos para uma arquitetura da paisagem na escala da cidade, foram sistematizados diversos métodos que possibilitaram um Planejamento da Paisagem. Estratificar a paisagem em camadas, o *layering*, que consiste em identificar e analisar cada um dos elementos que compõem a cidade em sobreposições e combinações, com o objetivo de compreender seus aspectos (bio)físicos e culturais, como propõe McHarg (1969), se demonstrou um método importante nas diferentes etapas do planejamento, passando pela apreensão, representação e formulação de novos cenários.

- 4 A partir da literatura disponível, é possível agrupar sucintamente as camadas biofísicas em alguns grandes grupos: ar, terra, água, cobertura vegetal (e habitats de biodiversidade) (Hough, 1995; Mcharg, 1969; Spirn, 1995). A camada das águas sempre foi de grande importância, pois é primordial para funções básicas do funcionamento das cidades, e tem ganhado cada vez mais relevância no desenho da infraestrutura das cidades contemporâneas (Moura; Pellegrino, 2017). A decomposição em camadas permite revelar características previamente invisibilizadas de um território. A cartografia é o instrumento base deste método e é fundamental para compreensão dos processos, forças e transformações naturais, históricos e socioeconômicos (Corner, 1999).

O método tipológico também é importante para o Planejamento da Paisagem, pois para compreender um universo tão amplo é necessário muitas vezes inventariar, dar nomes e criar categorias. O processo de classificação permite estruturar os dados coletados, levando em consideração suas propriedades e padrões. As taxonomias organizam as categorias e contribuem para a sistematização de novos conhecimentos (Deming; Swaffield, 2011). Contudo, é importante explicar que as camadas e classificações apresentadas por meio das cartografias são sempre filtros e aproximações de realidades muito complexas, são sempre incompletas e ainda assim

importantes para tornar cientificamente visíveis realidades invisibilizadas.

Um dos objetos de estudo mais importantes no Planejamento da Paisagem são os espaços abertos. A paisagem urbana contemporânea é entrecortada por espaços deste tipo que atravessam as diferentes escalas das cidades. Quando reestruturados e planejados de maneira sistemática, estes espaços possibilitam que o meio urbano aprimore sua infraestrutura, auxiliando na manutenção da natureza, evitando a formação das ilhas de calor, enchentes e deslizamentos, diminuindo a poluição visual e do ar, conservando a biodiversidade local e conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida da população. Na escala territorial, estes podem abranger diferentes ecossistemas, lugares para a percepção da paisagem e futuros locais de ocupação humana, por isso, são de grande importância, já que são as estruturas mais flexíveis de um território, tanto espacialmente como em questão de funcionalidades (Lynch, 1965; Spirn, 1995; Tardin, 2008).

Contudo, quando na escala intraurbana ou de vizinhança, a “abertura” (do inglês “*open space*”) de um espaço compreende muito além de seus limites físicos, levando em consideração também as expressões culturais, sociais e econômicas da população que usufrui deste (Lynch, 1965). As aberturas no tecido urbano possibilitam diversas manifestações do que é existir em sociedade. Nelas são perceptíveis as diversidades, apropriações e reinvenções que ocorrem nos espaços com o passar do tempo. É a partir desta concepção que utilizamos o conceito de “espaços abertos” (Pontes, 2021).

A dimensão do acesso é essencial para o cumprimento dos objetivos de um espaço aberto, é necessário pensar no contexto urbano em que este está inserido. Além da compreensão física do local, levando em consideração a natureza preexistente e os aspectos culturais da cidade, precisamos entender as necessidades dos indivíduos e dos grupos que são esperados na utilização desses ambientes, bem como possibilitar o desenvolvimento de novos interesses (Lynch, 1965).

No contexto urbano de Macapá, as águas urbanas estão fundamentalmente relacionadas aos espaços abertos e não se apresentam somente como elemento básico para a sobrevivência, mas também estão relacionadas à vivência coletiva arraigadas à história e à cultura. Macapá tem as águas urbanas como agente ativo sobre a configuração do território, que assume diversas funcionalidades e influencia a vida local. Esta relação se

estabeleceu durante séculos e deixou marcas históricas na imagem, na memória e nas experiências coletivas diárias dos habitantes da cidade (Pontes, 2021).

3. ÁGUAS E VIVÊNCIAS ENTERRADAS: OS APAGAMENTOS

Para traçar uma linha temporal e compreender os “apagamentos”, foram analisados três períodos históricos, a partir de documentos e imagens disponíveis. O primeiro, consiste no desenho proposto pelos colonizadores (em 1758), que permaneceu sem grandes transformações até 1943, e corresponde à Vila de São José. O segundo é o período em que o Amapá se tornou Território Federal, (1943 até 1987), sendo Macapá a sua capital. O terceiro iniciou em 1988, ano em que o Amapá foi elevado à categoria de

Estado, e termina em 2004, quando foi instituído o Plano Diretor ainda vigente. Os principais documentos analisados na pesquisa foram o Plano Gronsfeld de 1758 (Araújo, 1998), o Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro (PFJP, 1973) e o Plano Diretor Urbano Ambiental (PDUAM, 2004).

A Vila de São José, fundada no período pombalino, foi pensada como um modelo de cidade amazônica. O plano elaborado pelo engenheiro Gaspar Gronsfeld (Araújo, 1998) considerava os aspectos físicos locais (topografia, hidrografia e clima) e propunha um desenho que ocupava apenas as áreas de cotas mais altas, deixando livres as áreas de cotas mais baixas e inundáveis. Na cartografia do plano se identificava ao sul da vila um grande lago sazonal (com a inscrição “que no verão seca totalmente”) e a leste às margens do Rio Amazonas uma generosa faixa de transição (identificada como “alagadiço”) (Figura 2).

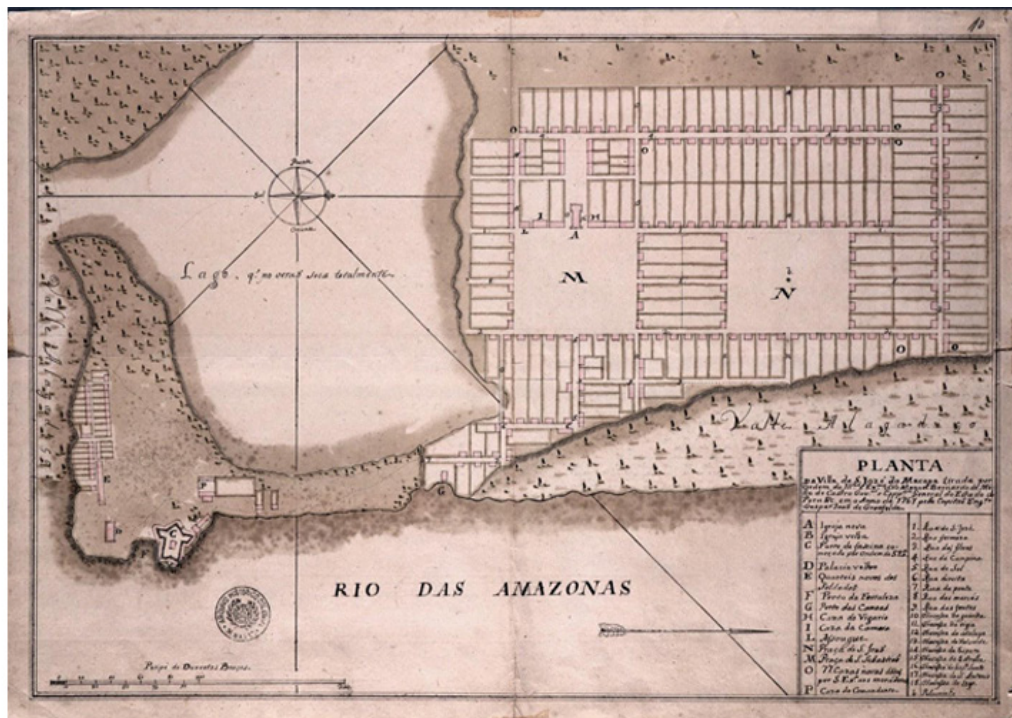


Figura 2 – Planta da Vila de São José de Macapá por Gronsfeld. Fonte: Araújo, 1998.

Ainda que se saiba que a população que vivia na região fosse bastante vinculada aos rios (Cardoso, 2006), os documentos disponíveis sobre o desenho colonial não permitem afirmar que estes espaços relacionados às águas fossem utilizados para a fruição da população que vivia na vila. Os espaços reconhecidamente pensados para o encontro na cidade eram as praças. Contudo, nas primeiras fotografias disponíveis que retratam a cidade (Montenegro, 1908) é possível identificar apropriações espontâneas feitas nas margens do Rio Amazonas, assim como nas proximidades do lago (Figura 3) (Pontes, 2021).

A trama de igarapés e alagados foi pouco alterada neste período. Foi apenas séculos mais tarde, com a criação do Território Federal do Amapá em 1943, que o processo de urbanização e o contingente populacional se intensificou, e com estes chegaram as expectativas de modernização praticadas noutras regiões do país. Os primeiros planos e intervenções deste período buscavam homogeneizar o sítio e desincentivar práticas e usos mais espontâneos de fruição e lazer (Macedo, 2020; Pontes, 2021).

6



Figura 3 – Lavadeiras às margens do Rio Amazonas em Macapá no início do século XX.
Fonte: Montenegro (1908).

A modernização da cidade veio acompanhada da criação de novos espaços de lazer muito mais controlados e delimitados. Foram feitos investimentos para implantação de espaços para atividades esportivas, à exemplo da “Piscina Territorial”. Os espaços de lazer criados neste período eram destinados a uma classe, raça e gênero específicos (Macedo, 2020). No pano de fundo do desincentivo dos usos espontâneos dos espaços abertos estava o desejo de preparar Macapá para ser uma nova capital, uma cidade “moderna” onde se praticavam as mesmas atividades que as demais capitais do país (Macedo, 2020).

Durante o período em que o Amapá era Território Federal, diversos planos foram desenvolvidos, resultando em um investimento na escala intraurbana que era bastante raro no contexto regional. O Plano da Fundação João Pinheiro (1973) foi o que teve maior aderência (Tostes, 2006). Nesse plano havia um reconhecimento tanto das características biofísicas de Macapá, quanto algumas das apropriações dos espaços relacionados à água. Na cartografia deste período, é possível verificar que o lago do desenho colonial já havia “desaparecido” e dado lugar a um canal. Também foi possível verificar uma coincidência entre os espaços caracterizados como de “recreação espontânea” e as áreas menos urbanizadas, de cotas mais baixas, inundáveis ou às margens dos rios (Pontes, 2021).

No último período de análise, se observa uma instrumentalização muito maior das águas neste território. O avanço da malha urbana se deu em grande parte suprimindo as limitações hidrológicas que existiam no sítio. Quando o Amapá foi elevado à posição de Estado da federação em 1988, Macapá, como sua capital, viveu um processo de expansão devido ao crescimento demográfico. Nessa época, houve a consolidação do fenômeno de ocupação de áreas úmidas em Macapá, reconhecidas como “áreas de ressaca” (Matsunaga, 2021; Pontes, 2021).

As áreas de ressaca (quando não sofreram antropização e aterramento) são espaços permeáveis e porosos às águas durante o ano inteiro e se relacionam com o sistema de águas fluviais e pluviais da cidade. No entanto, o avanço das ocupações informais sobre as áreas úmidas da cidade interrompe o processo natural de escoamento e drenagem de águas e causa degradações ambientais e sociais, inundações e assoreamento, comprometendo a realização das funções naturais dessas áreas (Matsunaga, 2021).

Macapá passou por transformações significativas e junto com ela os espaços relacionados às águas. O avanço da urbanização ocorreu em parte

com a transformação de uma espécie de “cinturão hídrico” que delimitava a cidade, que era composto a leste pelo Rio Amazonas, a norte pelo canal do Jandiá e a ressaca do Pacoval, a sudoeste pela Lagoa dos Índios e as áreas de ressaca interligadas a ela. A análise da cartografia do PDUAM (2004) quando comparada com os planos anteriores deixa evidente que ocorreram as ocupações das ressacas do Pacoval e do Beirol (que era também um braço da Lagoa dos Índios), mas também que a “frente da cidade” (junto ao Rio Amazonas, onde as cotas eram mais baixas devido aos movimentos das marés e originalmente havia uma configuração de praias e falésias, que enfrentavam também o avanço da ocupação informal), foi completamente reconfigurada por meio de uma série de aterros e muros de arrimo que deram lugar à orla de Macapá, privilegiando usos como o passeio e contemplação em detrimento de usos mais imersivos, à semelhança de outras cidades do país (Pontes, 2021).

O PDUAM (2004), vigente até o momento, trouxe propostas de reconhecimento e recuperação dos corpos hídricos degradados, como os rios canalizados, com a finalidade de potencializar o turismo, a cultura e o lazer. Contudo, o plano não chega a avançar na questão de forma mais ampla ou reconhecer uma trajetória de apagamentos de espaços e usos (Figura 4) e a complexidade dos problemas urbanos relacionados às águas continuou a se acentuar.

Os “apagamentos” das vivências atreladas a um sítio entrecortado pelas águas se constituíram como parte da história da cidade de Macapá, seja na história das “águas enterradas” acompanhadas do desvanecimento das experiências; seja no estímulo de práticas modernizantes, em detrimento daquelas espontâneas; seja nos espaços e usos que não foram reconhecidos ou validados pelos planos. Para além dos problemas socioambientais causados pela contínua impermeabilização na ocupação das áreas úmidas, da retificação e contaminação dos corpos d’água, com o avanço da urbanização houve um apagamento de vivências (e possivelmente de saberes) atreladas a um sítio que foi transformado, que podem ter contribuído para o enfraquecimento de vínculos de identidade e pertencimento. Contudo, nesta paisagem em movimento, novos usos e categorias de espaços (in) surgiram, mais práticas foram reconhecidas, mais conexões foram feitas e outras se fortaleceram.

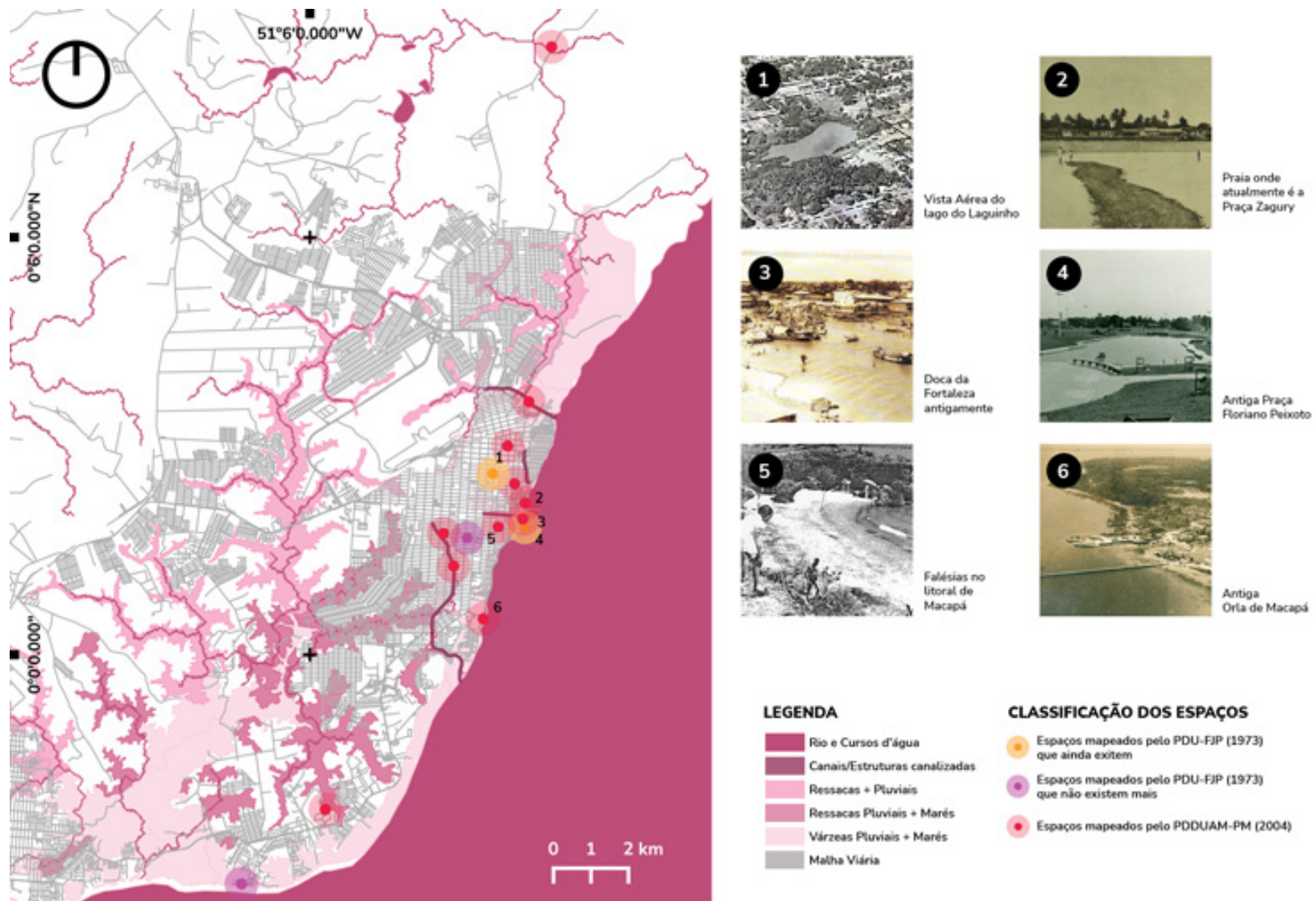


Figura 4 – Cronologia de Espaços Abertos relacionados às águas em Macapá pontuados nos Planos da Fundação João Pinheiro, 1973; e no Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, 2004.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022, a partir de IBGE, 2010. Fotografias: Montenegro (1908); Amapá (2010); Cole (1977); IBGE ([19--]).


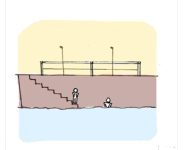

4. A ÁGUA E OS ESPAÇOS ABERTOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

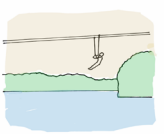
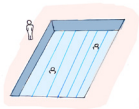
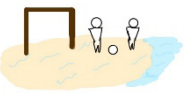
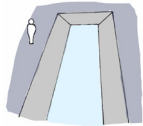
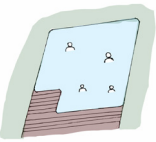
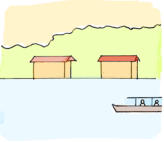
Desde a definição do PDUAM (2004), há quase duas décadas, Macapá passou por diversas transformações. Regiões anteriormente consideradas distantes passaram a integrar o perímetro urbano do município. Com o contínuo processo de expansão urbana, novas áreas da cidade foram ocupadas e novos espaços abertos relacionados às águas foram surgindo também.

A cartografia dos espaços abertos relacionados às águas buscou atualizar os dados disponíveis e defasados. Aos espaços mapeados a partir da aná-

lise dos planos Gronsfeld (Araújo, 1998), PFJP (1973) e PDUAM (2004), se somaram os espaços inventariados durante esta pesquisa. Foram identificados sessenta e três (63) espaços de lazer relacionados às águas distribuídos no perímetro urbano do município de Macapá. Estes espaços foram classificados por uso e por domínio (público ou privado), compreendendo as seguintes categorias: espaços para banho – planejados (02); espaços para banho – reapropriados (13); espaços para contemplação (12); espaços para ecoturismo (02); espaços institucionais para práticas esportivas (08); espaços de infraestrutura urbana (08); espaços de lazer privados (15); e espaços de lazer privados de caráter unifamiliar (03) (Tabela 1).

Tabela 1 – Exercício de classificação de espaços abertos relacionados às águas de acordo com o tipo de uso e domínio.

Espaços de lazer relacionados às águas em Macapá		
Categorias	Descrição	Diagrama
Banho planejado	Espaços estruturados pelo Estado para receber banhistas. Exemplo: Balneário do Curiaú (inserido em Área Quilombola)	
Banho reapropriado	Espaços originalmente planejados para exercer outra função, mas que foram reapropriados pela população para banho recreativo. Exemplo: Rampa do Açáí (um atracadouro utilizado como praia).	
Contemplação	Espaços planejados para apreciação da paisagem, sem contato direto com a água. Contato sensorial visual e auditivo. Exemplo: Orla do Rio Amazonas.	

Ecoturismo	<p>Voltados a uma experiência de “imersão na natureza”, bem como atividades turísticas, com e sem banho de rio.</p> <p>Exemplo: Bioparque.</p>	
Esportivo	<p>Piscinas - administradas pelo Estado e voltadas para o esporte, com usos e horários previamente definidos.</p> <p>Exemplo: Piscina Territorial.</p>	
	<p><i>Sobrepostos</i> - Esportes praticados nas faixas de areia nos rios. Prática reconhecida pelo Estado em alguns pontos da cidade e eventos da cidade.</p> <p>Exemplo: Futlema no Jandiá.</p>	
Infraestrutura	<p>Corpos hídricos que exercem função de infraestrutura urbana.</p> <p>Exemplo: Canal Mendonça Jr. (antigo lago colonial).</p>	
Balneário privado	<p>Espaços privados coletivos de lazer com corpos hídricos naturais ou artificiais.</p> <p>Exemplo: Restaurante Aconchego da Floresta – bairro Universidade.</p>	
Privado unifamiliar (“terreno”)	<p>Espaços privados unifamiliares e às margens dos rios usados para o lazer.</p> <p>Exemplo: Casas de veraneio no Rio Matapi.</p>	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Dos 63 espaços identificados, há apenas dois espaços públicos dotados de infraestrutura para o banho de rio. Os “espaços para banho – planejados” se situam nas áreas de expansão da cidade. Estes espaços são importantes para a população local, reconhecidos no PDUAM (2004) e inseridos em Áreas de Proteção Ambiental, recebem muitos visitantes, especialmente aos fins de semana, embora estejam distantes da vida cotidiana da maior parte dos moradores da cidade (Figura 5).

Em contrapartida, há uma variedade importante de “espaços para banho – reapropriados” que evidenciam que parte dos moradores da cidade passaram a utilizar áreas que não foram estruturadas para receber banhistas (áreas contaminadas e poucos seguras). A maior parte destes se localiza na orla da cidade, onde há algumas escadarias e rampas, originalmente pensadas para receber pequenas embarcações ou ainda auxiliar em situações pontuais nas quais fosse necessário adentrar nas águas ou na faixa de areia,

quando a maré está baixa. Com o passar dos anos, estas práticas também passaram a ser ocasionalmente reforçadas em projetos públicos.

Ao passo que os rios e igarapés da área central se tornaram inadequados para o banho, como vimos ao longo da história, a provisão de espaços para o uso da apreciação da paisagem, “espaços para contemplação”, foi uma estratégia amplamente adotada pela gestão pública nas últimas décadas no desenho do encontro com o Rio Amazonas. Estes espaços estão, majoritariamente, localizados na área central. É importante reforçar que alguns dos espaços que hoje correspondem a praças e parques são também vestígios dos “apagamentos” dos corpos hídricos e áreas de ressacas aterradas, como é o caso da Praça Floriano Peixoto, onde há dois pequenos lagos, localizada dentro da mancha grande identificada como “lago” no plano colonial, por exemplo, ou o Complexo Orla de Macapá às margens aterradas do rio Amazonas.



Figura 5 – Balneário da Fazendinha.
Fonte: Acervo dos autores, 2022.

É importante mencionar que alguns espaços voltados para turismo em Macapá estão relacionados com as florestas e as águas, onde são realizadas atividades de caráter “ecológico”. Os “espaços para ecoturismo» proporcionam experiências de «imersão na natureza” nas áreas de expansão da cidade. Assim com os balneários públicos, estes estão inseridos em áreas de proteção cuja qualidade ambiental contrasta com uma cidade degradada e de oferta limitada de espaços de lazer.

Outra estratégia adotada pela gestão pública, em termos de espaços de lazer, durante muitas décadas e que ainda é bastante replicado enquanto modelo, sobretudo nas áreas de expansão da cidade, é o estímulo ao esporte. Embora a maior parte dos novos espaços deste tipo não estejam

vinculadas às águas (Pontes, 2021), a Piscina Territorial também pode ter sido uma estratégia de propor um lazer mais “modernizado” e controlado relacionado às águas.

Cabe destacar que nos “espaços institucionais para práticas esportivas” foi criada uma categoria chamada de espaços “sobrepastos”. Esta é uma categoria mais contemporânea que veio do reconhecimento de práticas espontâneas em espaços sazonais, especialmente nas faixas de areia do Rio Amazonas, como o “Futlama”, o kitesurfe, entre outras práticas esportivas incentivadas neste espaço em alguns momentos e pontos específicos da área central da cidade de Macapá (ver figura 6).

12



Figura 6 – Partida de “futlama” às margens do Parque do Jandá, faixa de areia do Rio Amazonas.
Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Grande parte dos igarapés e extensões inundáveis que foram objeto dos “apagamentos” para a expansão urbana passaram a cumprir um novo uso na cidade, um uso instrumentalizado, e compõem a categoria “espaços de infraestrutura urbana” que leva em consideração áreas de lazer que estão localizadas no entorno de espaços cujas funções envolvem a manutenção da drenagem e do saneamento urbano, como a Praça Jardim Equatorial, às margens de uma bacia de contenção, e os diversos canais dispersos pela cidade, entre eles o Mendonça Júnior, bastante frequentado pela população devido à sua proximidade com o Parque do Forte.

A pesquisa deixou evidente que, se por um lado os planos buscaram desconectar e limitar o acesso das pessoas aos rios urbanos, por outro, a população busca a fruição das águas por meio da esfera privada. Há uma quantidade importante de “espaços de lazer privados”, popularmente conhecidos como balneários, que contém corpos hídricos naturais ou artificiais, e recebem grandes quantidades de visitantes, especialmente aos fins de semana. Originalmente implantados em regiões mais distantes da área urbana, é perceptível que a urbanização está chegando cada vez mais próxima desses espaços. Além destes, há também “espaços de lazer privados de caráter unifamiliar”, popularmente conhecidos como “terrenos”, que estão localizados às margens de braços de rios em diversas áreas do estado do Amapá e dispõem de residências privadas cujos proprietários, geralmente, se locomovem da cidade até elas aos fins de semana. No município de Macapá, estes espaços estão localizados, principalmente, às margens dos rios Matapi e Pedreira.

Com o avanço da urbanização e a escassez de espaços abertos relacionados às águas, após séculos de apagamentos, é perceptível com base na classificação (Tabela 1) que as principais sobrevivências decorrem de práticas culturais por parte da população, que historicamente busca as águas para a realização de atividades recreativas. Para essas práticas, parte dos habitantes de Macapá busca as áreas de expansão da cidade onde ainda é possível encontrar espaços com água que permitem o banho recreativo. Por outro lado, uma parcela da população busca os corpos hídricos mais próximos (mesmo que interditados para banhistas) para a realização destas atividades, já que muitos não apresentam condições financeiras e/ou transporte para a locomoção até áreas mais distantes da região central. É nesta constante busca por estes espaços intimamente ligados à cultura do povo de Macapá que estão as sobrevivências (Figura 7).

Ainda que existam iniciativas importantes para a manutenção de espécies, grande parte dos espaços na área seguem a lógica de “ilhas de natureza” pouco articuladas de fato à forma e vivência urbana aos quais é necessário pagar determinado valor para se ter acesso, alimentando a ideia de uma natureza como privilégio de poucos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em formas de planejar uma cidade amazônica, levando em consideração suas características singulares e buscando alcançar uma convivência efetiva entre natureza e urbanização, não é uma tarefa simples. No caso de Macapá, os recursos biofísicos como as águas foram em diversas ocasiões vistos como obstáculos para o avanço da “modernidade” ao invés de instrumentos qualitativos para a paisagem local e o meio urbano.

Desde sua origem, o desenho urbano de Macapá acompanha as linhas que foram estipuladas por seus diversos planos diretores, mas também desenhos outros criados espontaneamente. Enquanto o processo de urbanização se deu buscando formas de contornar os corpos hídricos, áreas de lazer relacionadas às águas também foram estabelecidas. As disputas de paradigmas, concepções, planos e experiências ao longo do tempo se materializou no palimpsesto da cidade de Macapá, configurando uma série de “apagamentos”, mas também uma profusão de “sobrevivências”. A cartografia e a classificação apresentadas na pesquisa revelam a relevância da coexistência entre a sociabilidade urbana e a rede hídrica que entrecorta a cidade Macapá, ao longo de toda a sua história, até hoje.

A pesquisa revela que, em que pesem os sucessivos “apagamentos”, a população continua a buscar os espaços de lazer relacionados às águas, ainda que para isso precise se deslocar para regiões mais distantes da área central. Contudo, é importante ressaltar que se esses espaços não forem pensados de forma mais ampla e sistêmica, além de fortalecerem a noção de natureza como privilégio de poucos, estes espaços também podem vir a desaparecer, repetindo mais uma vez a história. Para que não ocorram equívocos revisitados, é importante a revisão destes processos de urbanização que produzem “apagamentos” dos seres e do sítio. Nesse sentido, os espaços “sobreviventes” podem ser entendidos como potencialidades que podem auxiliar na revisão das políticas públicas e nortear o planejamento da paisagem.

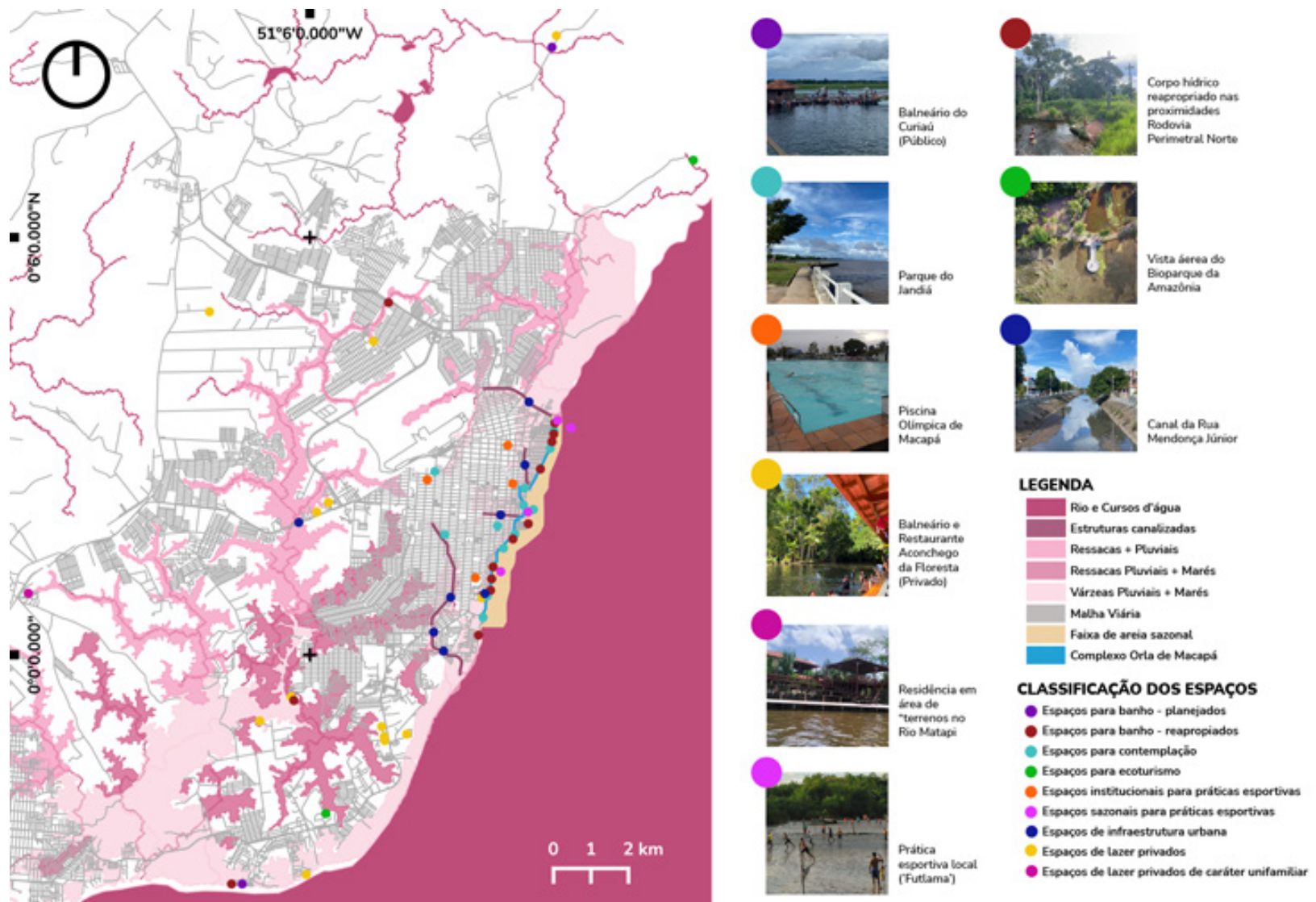


Figura 7 – Distribuição dos Espaços Abertos Relacionados às águas em Macapá.
 Fonte: Elaborados pelos autores (2022) a partir de IBGE (2019) e Sargas (2000). Fotografias: os autores, 2022.

O planejamento da paisagem é uma alternativa para a manutenção dos espaços com água nas cidades, garantindo as suas sobrevivências. Por ser uma cidade com o processo de expansão urbana relativamente recente, o nível de dificuldade na elaboração de um plano mais adequado para a paisagem poderia ser reduzido. Embora existam grandes desafios, seria possível pensar de acordo com as características sociais, o estilo de vida dos cidadãos, e os aspectos biofísicos locais, podendo resultar em modos de convivência e fruição dos espaços abertos relacionados às águas de forma mais democrática. O estudo ressalta ainda que estas estratégias podem ser especialmente importantes em cidades como Macapá, onde as manifestações culturais estão intimamente ligadas às dimensões biofísicas. Para isto, é fundamental conhecer, resgatar e identificar espaços e experiências historicamente invisibilizados e subjugados. Esta pesquisa busca dar um primeiro passo neste sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMAPÁ. **Macapá querida**: álbum de histórias de Macapá. Macapá: Ed. Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, 2010.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998.
- BECKER, Bertha. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.
- BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- CARDOSO, Ana. Cláudia. Duarte. (org.). **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares e perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006.
- COLE, H. J. ASSOCIADOS S. A. **Amapá**: Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo - 1977/1978. Documento síntese. Rio de Janeiro, 1979.
- CORBOZ, André. **Le Territoire comme palimpseste et autres essais**. Paris: Les Éditions de L'Imprimeur, 2001.
- CORNER, James. **The Agency of Mapping**: Speculation, Critique and Invention. Originally published in: Chapter 10 in Mappings (ed. Denis Cosgrove), Reaktion, London, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, [s. l.], v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.
- DRAMSTAD, Wenche.; OLSON, James; FORMAN, Rirchard. **Landscape ecology principles in landscape architecture and land-use planning**. Washington, DC: Island Press, 1996.
- DEMING, M. Elen; SWAFFIELD, Simon. **Landscape architecture research**: inquiry, strategy, design. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2011.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Governo do Território Federal do Amapá. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano** – PDU. Macapá: Ministério do Interior, 1973.
- HOUGH, Michael. **Cities and natural process**. London: Routledge. 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Macapá**: história e fotos. Rio de Janeiro: IBGE, [19--]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/historico>. Acesso em: 8 abr. 2024.

LYNCH, Kevin. The openness of open space. In: BANERJEE, Tridib.; SOUTHWORTH, Michael. (ed.). **City sense and city design**: writings and projects of Kevin Lynch. Cambridge: MIT Press, 1965. p. 396-412

MACAPÁ. Prefeitura de Macapá. **Lei nº 0026, de 4 de fevereiro de 2004**. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá. Macapá: Prefeitura Municipal, 2004.

MACEDO, Luciana. **Janarismo em foco**: a representação fotográfica da cidade de Macapá durante a formação do Território do Amapá (1944-1956). 2020. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2020.

MARTINS, Ivie.; PONTES, Louise. Uma taxonomia para os espaços abertos de Macapá. In: CONFERÊNCIA DA REDE LUSÓFONA DE MORFOLOGIA URBANA – PNUM: IDENTIDADES E DINÂMICAS DE RECONFIGURAÇÃO URBANA NA ERA DIGITAL, 2021, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: [s. n.] 2021.

MATSUNAGA, Melissa Kikumi. **Quando a água vira cidade**: urbanização e moradia em Macapá, AP. 2021. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021

McHARG, Ian. **Design with nature**. New York: American Museum of Natural History, 1969.

MEINIG, Donald William (org.). **The interpretation of ordinary landscapes**. Geographical Essays D. W. Meinig, Editor, 1979.

MONTENEGRO, Augusto (org.). **Álbum do Estado do Pará**, 1908. Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.

MOURA, Newton; PELLEGRINO, Paulo (org.). **Estratégias para uma infraestrutura verde**. Barueri: [s. n.], 2017.

PONTES, Louise. **Espaço (em) aberto**: brechas à reinvenção do projeto e da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SPURN, Anne. **O jardim de granito**. São Paulo: EDUSP, 1995.

TARDIN, Raquel. **Espaços Livres**: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

TOSTES, José Alberto. **Planos Diretores no estado do Amapá**: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá: Tostes Editora, 2006.

WALL, Ed; WATERMAN, Tim. **Basics landscape architecture**: urban design. [S. l.]: AVA Publishing, 2010.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi feito com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Probic/Unifap (2021-2022) –, no âmbito do Projeto de Pesquisa “Cidade e Natureza: Leituras sobre Macapá Urbana” (PIC1288-2021), que recebeu financiamento do Programa de Auxílio Pesquisador (PAPESQ/UNIFAP – 2021 EDITAL N° 01/2021); e Chamada Interna n° 003/2021 – PROPESPG/DPq/NITT/UNIFAP).

Louise Barbalho Pontes
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2021).
Rod. Josmar Chaves Pinto, Km 02, Macapá, AP, Brasil, CEP 68903-419
CV: <http://lattes.cnpq.br/8705432490576767>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5597-2956>
E-mail: louise.pontes@unifap.br

Matheus Cleber Melo Garcia
Universidade de São Paulo (USP).
Av. Francisco Pereira Lopes, 1950, São Carlos, SP, Brasil, CEP 13.564-002
CV: <https://lattes.cnpq.br/6708027896815744>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7798-5796>
E-mail: matheuscmgarcia@usp.br

Ana Carolina Souza de Vasconcelos
Universidade Federal do Amapá (Unifap).
Av. FAB, 2991, Macapá, AP, Brasil, CEP 68901-259
CV: <https://lattes.cnpq.br/4941705474410190>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2685-5782>
E-mail: annasouzavasconcellos@gmail.com

16

Nota do Editor
Revisão do texto: Tikinet